

COM BASE NA DENÚNCIA DA ENTREGA DAS CASAS DE CULTURA PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSCs), OS MOVIMENTOS DE CULTURA DA CIDADE DE SÃO PAULO EXIGEM:

- **A SUSPENSÃO IMEDIATA DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DAS CASAS DE CULTURA!**
- **CONVOCAÇÃO IMEDIATA DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DE AGPPS PARA SUPRIR A DEMANDA IMEDIATA DAS APOSENTADORIAS: QUEREMOS NO MÍNIMO 4 CONVOCADOS PARA CADA CASA DE CULTURA!! CONCURSO: ASSISTENTE DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I – EDITAL Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 2016!**
- **CRIAÇÃO DE CARREIRAS ESPECÍFICAS PARA CULTURA E CHAMAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO!**
- **RETOMADA IMEDIATA DOS CONSELHOS GESTORES DAS CASAS DE CULTURA PREVISTOS EM LEI!**
- **ATENDIMENTO E DIÁLOGO POR PARTE DO PREFEITO DE SÃO PAULO, EM CONJUNTO COM A SECRETÁRIA DE CULTURA PARA UMA ESCUTA EFETIVA PARA DISCUSSÃO E IMPLANTAÇÃO DOS PONTOS ACIMA RELACIONADOS.**

A cidade de São Paulo, seus artistas, munícipes e servidores públicos, foram surpreendidos com a notícia a respeito da intenção da atual gestão municipal de terceirizar a gestão das Casas de Cultura da Cidade de São Paulo, e talvez outros espaços/equipamentos culturais, por meio de alguma das modalidades de gestão indireta via OSCs (Organizações da Sociedade Civil).

Através da notícia do artigo publicado no jornal Folha de São Paulo intitulado "*Painel: Prefeitura de São Paulo pretende dividir a gestão das Casas de Cultura com organizações da sociedade civil*"¹, no dia 16/02/2022, soubemos que a Secretária Municipal de Cultura, Aline Torres, pretende lançar um edital até junho deste ano para seleção das organizações. Anuncia ainda que 30% dos funcionários desses equipamentos estariam aptos a se aposentar em 2022, e que esse repasse para as OSCs manteria "a qualidade das atividades sem que a população seja prejudicada", motivo colocado como justificativa para acabar com a gestão direta das casas.

¹<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/02/prefeitura-de-sp-pretende-dividir-gestao-das-casas-de-cultura-com-organizacoes-da-sociedade-civil.shtml?origin=folha>

Mais uma vez a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) anuncia decisões que sequer foram debatidas com os munícipes, sobretudo com o segmento cultural de servidores públicos, artistas, técnicos, oficineiros e demais atores! Se faz necessário aprofundar questões técnico-artísticas com os cidadãos a respeito de QUALQUER eventual mudança (ainda mais estrutural) no modelo de gestão cultural de tais casas e demais equipamentos culturais do município de SP.

Entre 2004 e 2014, as Casas de Cultura foram geridas pelas Subprefeituras correspondentes às suas localidades, que não desenvolveram políticas públicas de cultura em seus territórios, o que gerou um processo de sucateamento e abandono generalizado, por aproximadamente dez anos.

Através da luta e mobilização, nós Trabalhadoras e Trabalhadores da Cultura, coletividades, grupos, agentes culturais e comunidades, conquistamos o retorno das Casas para a gestão da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), conforme decreto nº 55.547, de 26 de setembro de 2014.

Nesse percurso de luta, dentre tantas reivindicações, foram exigidas a estruturação da Secretaria Municipal de Cultura e abertura de concursos públicos com carreiras próprias, a fim de criar um quadro de servidores também para as casas, qualificados para exercer as funções. Assim como reformar, requalificar e readequar todas as Casas de Cultura existentes, de acordo com a demanda do território (salas de ensaio com isolamento acústico, ilhas de edição, ateliês, qualificação de salas de expressão corporal, estrutura técnica de som, iluminação, etc.).

Desde o retorno das Casas para a Secretaria, foram realizadas reformas em algumas Casas de Cultura, bem como a manutenção e ampliação de atividades de entretenimento como shows, apresentações teatrais e também formativas como as oficinas culturais, aulas dos Programas Vocacionais entre outras. Algumas casas foram inauguradas, como a CC de Guaianases e de Parelheiros, e a de Cidade Ademar está em construção. Tudo isso fazendo jus à vocação das casas e ações previstas nas deliberações das 3 Conferências Municipais de Cultura, fruto de lutas e ampla participação social, bem como do empenho de artistas, movimentos de cultura e servidores.

No entanto, desde 2016 não houve chamada de concurso e conseqüentemente não foram ampliados os quadros de servidores nas Casas, o que sempre foi uma exigência dos movimentos de cultura da cidade, e o seu não cumprimento resulta em prejuízo de funcionamento das mesmas, seguindo a lógica de sucateamento desses equipamentos.

Além disso, exigimos a implantação de uma Casa de Cultura para cada distrito das periferias com imóvel próprio, espaço e infraestrutura adequada com profissionais da área e sem terceirizações de serviços e equipamentos.

É imprescindível a implantação de um Conselho Gestor Normativo, Consultivo e Deliberativo para cada casa de cultura, conforme a lei 11.325 de 1992.

Mesmo eleitos em 2016, os conselhos gestores foram ignorados nas gestões seguintes, sendo tomadas decisões e definições de programação nas casas sem a participação da maioria dos frequentadores e artistas dos territórios. Relações mais democráticas foram construídas a partir do perfil individual de alguns coordenadores das Casas, não representando uma política uniforme de participação.

Essa relação pode ser ainda mais prejudicada se as casas de Cultura passarem a ser geridas pelas OSCs! A exemplo da gestão de equipamentos culturais do Governo do Estado, onde sabemos que essa participação nas decisões é quase nula, seguindo uma lógica de cima pra baixo.

Não por acaso, o ataque às Casas de Cultura representa um ataque direto aos territórios periféricos e seus agentes locais. Muitas dessas Casas são o único equipamento de cultura da região, gerando impacto direto na população que é usuária e frequentadora desses espaços, sendo muitas vezes o único espaço de referência nas periferias.

Vários estudos de monitoramento de políticas públicas apontam que terceirizar ou repassar a gestão de equipamentos públicos à empresas e organizações sociais custam MAIS aos cofres públicos do que a gestão direta! Recursos esses que poderiam ser investidos na ampliação do quadro de servidores públicos de carreira, implantação de novas casas de cultura nos distritos que têm déficit de equipamentos culturais e aumento de eventos e atividades!

O próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, em relatório oficial, aponta a falta de transparência dos serviços terceirizados declarando que não apresentam as contas detalhadas de forma a indicar separadamente gastos com pessoal, manutenção, materiais etc., ou seja, praticamente inviabiliza a fiscalização a ser exercida, por lei, pelo próprio Tribunal². Além disso, retira também da sociedade civil o direito de apurar e fiscalizar possíveis atos de improbidade administrativa, ferindo diretamente o princípio da publicidade e transparência que rege a administração pública.

Atualmente há o recente exemplo do ocorrido com outro importante equipamento público, a EMIA (Escola Municipal de Iniciação Artística), onde o resultado da licitação

² Tribunal de Contas do Município de São Paulo. (28 de julho de 2021). *portal.tcm.sp.gov.br*. Fonte: Relatório anual de Fiscalização - Prefeitura do Município de São Paulo. <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/Documento?id=66667>, p.35.

foi catastrófico, pois foi efetuado um contrato tampão com a única OSC concorrente, que mesmo sendo considerada inapta foi contratada.

A justificativa do governo para a privatização é que os cofres públicos estariam falidos e por isso não existiria dinheiro para garantir serviços públicos com administração direta, sendo a única resolução apresentada por eles a entrega dos serviços nas mãos da iniciativa privada. Sendo assim, o dinheiro é gerido de modo que traz prejuízo à população, com a não destinação dele à garantia das políticas públicas gratuitas, de qualidade e geridas de modo direto.

A cidade de São Paulo possui alta arrecadação, inclusive houve a aprovação do maior orçamento da história para 2022, com cerca de 82 bilhões!!! Portanto, dinheiro existe! Tanto é que no último relatório do TCM consta que a disponibilidade de Caixa restante foi de R\$11,5 bilhões (relatório de 2021, referente a 2020)³. Há ainda a devolução aos cofres municipais no montante de 190 milhões, efetuado pela Câmara Municipal, tendo em vista a economia feita pelo Legislativo em 2021⁴.

E se não existisse dinheiro, o que justificaria gastar mais com OSCs?

Diante do exposto, evidenciamos nosso descontentamento e indignação, bem como nossa disposição para o enfrentamento da situação das Casas de Cultura e de quaisquer outras terceirizações de equipamentos de cultura.

Na perspectiva de caminharmos para possíveis resoluções com a participação da sociedade civil e do poder público, assinam essa carta-manifesto:

ANIS - Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo

Bloco de Ocupações Culturais da Cidade de São Paulo

CONFETAM/CUT - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal/ Cut Cooperativa Paulista de Trabalho dos Profissionais de Dança

CTP - Coletivo dos Trabalhadores Terceirizados das Políticas Públicas

FACESP - Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo

FCZL - Fórum de Cultura da Zona Leste

FCZN - Fórum Cultural da Zona Norte

FETAM SP/CUT - Federação dos Trabalhadores da Administração e do Serviço Público Municipal do Estado de São Paulo

³ Idem, p.37.

⁴<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/camara-de-sp-devolve-r-190-milhoes-a-prefeitura/#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20S%C3%A3o,voltam%20ao%20caixa%20da%20Prefeitura.>

Fórum da Capoeira do Município de São Paulo MSP

Fórum de Cultura de Cidade Ademar e Pedreira

Fórum de Culturas da Zona Sul e Sudeste

Fórum em Defesa da Vida

Fórum Hip Hop Butantã

Fórum Social Sul

MCCSP - Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo

MCP - Movimento Cultural das Periferias

SATED-SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo

SINDSEP/SP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo

Vozes da ZL